

A CORRIDA ARMAMENTISTA SUL-AMERICANA: REALIDADE OU FALÁCIA?

Álvaro Panazzolo Neto*
Giovanni Hideki Chinaglia Okado**

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar se o processo de aquisição de armamentos por países sul-americanos se relaciona com o conceito de corrida armamentista na região. Analisa-se, em perspectiva comparada, dois períodos em que ocorreu um notável incremento nas compras militares na América do Sul: de 1971 a 1980 e de 2001 a 2010. Parte-se do pressuposto de que houve corrida armamentista nos anos 1970, enquanto a situação atual é caracterizada pelo conceito de armamentismo. O argumento é que essa discrepância resulta da construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, marcada pelo grau de institucionalização vigente em cada época, com a conformação de uma possível comunidade de segurança no período mais recente. A metodologia inclui a avaliação de dados relativos às aquisições de armamentos e sistemas de defesa nos dois períodos e a correlação entre o arcabouço institucional vigente em cada época, a fim de verificar quais as consequências do crescimento dessas aquisições nas relações regionais. Por fim, conclui-se que não há corrida armamentista, a exemplo do que ocorreu na década de 1970, na década de 2000, mas apenas processos de armamentismo que não implicam, isoladamente, no risco de conflito.

Palavras-chave: corrida armamentista; armamentismo; compras militares; identidade; América do Sul

THE SOUTH AMERICAN ARMS RACE: REALITY OR MISCONCEPTION?

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, e mestre em Relações Internacionais, na área de História das Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília. Professor assistente na Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: panazzoloneto@gmail.com

** Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, e mestre em Relações Internacionais, na área de Política Internacional e Comparada, pela Universidade de Brasília. E-mail: giovanni.okado@gmail.com.

Este texto expressa opiniões pessoais dos autores.

*** Nota do Editor: visualização colorida de todos os gráficos disponível em: http://www.egn.mb/arquivos/revistaEgn/pagina_revista/n19/_edicao19_2.pdf

ABSTRACT

The intent of this work is to analyze if the arms acquisition process from South-American countries are related to the arms race concept in this region. Through a comparative perspective, two time periods where there was a significant rise in arms trade in South America were analyzed: from 1971 to 1980 and from 2001 to 2010. We start from the assumption that there was an arms race in the 1970s, while the current situation is characterized by the concept of armamentism. The argument is that this discrepancy results from the building of South American identity in defense, marked by prevailing institutionalization in each period, with the possible conformation of a security community in the most recent period. The methodology includes reviewing of data on arms and defense systems procurement in the two periods and the correlation between the existing institutional framework in each time in order to verify the consequences of these acquisitions' growth in regional relations. Finally, it is concluded that there is no arms race in the 2000s, as it has occurred in the 1970s, but only armamentism process not involving, singly, the risk of conflict.

Keywords: arms race; armamentism; military purchases; identity; South America

INTRODUÇÃO

No final da década passada, lideranças políticas e analistas internacionais de diversos países demonstraram preocupação com a possível existência de uma corrida armamentista na América do Sul. A instabilidade regional, marcada por eventos como o contencioso entre Equador e Colômbia¹ e a implantação de bases norte-americanas em território colombiano, e a desconfiança quanto à aquisição de armamentos, particularmente por parte da Venezuela, provocaram abalos nas relações entre os países sul-americanos. Esse clima que se espalhou pela região tanto acendeu possibilidades de conflito quanto reforçou a necessidade de cooperação.

Quando da ocorrência da incursão colombiana no Equador, Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República do Brasil para assuntos internacionais, foi convocado para uma audiência na Comissão

¹ No mês de março daquele ano, uma incursão do exército colombiano em território equatoriano resultou na morte de paramilitares colombianos – inclusive de Raúl Reyes, considerado o número dois das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) –, e atestou-se o envolvimento da Venezuela com os rebeldes. A tensão decorrente levou à mobilização de tropas do Equador e da Venezuela na fronteira com a Colômbia, mas o escalonamento da crise foi evitado após rápida mobilização do Grupo do Rio e reconciliação entre as partes.

de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN). Na ocasião, o assessor foi categórico ao afirmar que não havia a hipótese de guerra entre os países vizinhos e que “não gostava” da expressão corrida armamentista para a região, tendo em vista que as forças armadas dos países estavam sucateadas (GIRALDI: 2008, on-line). Ainda em 2008, o então ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, estava na Venezuela para discutir a criação de um conselho regional de defesa – hoje, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) – e declarou, também, a inexistência de corrida armamentista na América do Sul, bem como defendeu a importância de que os países tenham armas (DANIEL: 2008, on-line).

Em 2009, a questão em torno de uma corrida armamentista sul-americana extrapolou a conjuntura regional e foi levada, até mesmo, à Organização das Nações Unidas (ONU). Hillary Clinton, secretária de Estado dos Estados Unidos à época, exibiu a preocupação de seu governo com relação às compras de armas empreendidas pela Venezuela² o que poderia desencadear tal corrida. O então presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, estava ao lado de Clinton nesse dia, concedendo uma entrevista coletiva em Washington, e exacerbou as palavras dela, ao afirmar que a corrida armamentista na América do Sul não era apenas uma realidade, como também deveria ser rejeitada (FOLHA: 2009, on-line). Esse tema adquiriu tamanha relevância e inquietação que o ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, discorreu sobre ele em discurso proferido na 64ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A mesma inquietação que acometeu lideranças políticas e analistas internacionais a respeito da América do Sul, em meados dos anos 2000, encontra registro na história. Durante a década de 1970, o noticiário e os canais diplomáticos constantemente alertavam sobre a existência de uma corrida armamentista, não apenas sul-americana, mas na América Latina como um todo. Documentos originários do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores demonstram preocupação acentuada do governo norte-americano com relação ao tema, cujos congressistas se mostravam contrários à venda de material bélico para a região, sob a justificativa de não engendrar processos de instabilidade devido ao aumento de gastos com compras militares visto na época. Vê-se um exemplo em matéria do Washington Post de junho de 1971, retratando de modo negativo a ascensão de governos autoritários na região e o expressivo aumento do volume de compra de armas no continente (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY:

² O então presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou que havia obtido um crédito de US\$ 2,2 bilhões para adquirir 92 tanques e modernos sistemas de mísseis antiaéreos, com alcance de 300 km. Somam-se a essas aquisições a compra de 24 caças, helicópteros e 100 mil fuzis, que custou aproximadamente US\$ 4,4 bilhões no decorrer de quatro anos.

1971). Sob tácito embargo das autoridades norte-americanas, os países latino-americanos se voltaram a parcerias europeias, que alimentaram esse lucrativo quinhão de mercado pouco explorado por suas empresas.

Recorrendo à comparação histórica entre estes dois períodos, este artigo propõe refletir sobre a questão central: houve uma corrida armamentista na América do Sul durante a década de 2000, convalidando as preocupações de lideranças políticas e analistas internacionais? Evidentemente, não se pretende oferecer uma resposta absoluta ou definitiva. O termo ainda é pouco explorado na literatura teórica e, em geral, é utilizado de maneira acrítica e reducionista, referindo-se a todo processo em que dois ou mais países elevam suas compras militares ou impulsionam o desenvolvimento de artefatos bélicos. Por vezes, a distinção entre corrida armamentista e outro conceito muito próximo a ela, o armamentismo, é tênue e pouco perceptível. Com base nessas definições, argumenta-se que houve corrida armamentista na década de 1970, enquanto que a primeira década do século atual foi marcada pelo armamentismo. A razão dessa diferença de percepção é a formação, ainda que não esteja consolidada, de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, manifestada por meio da criação de instituições regionais afetas à área e alimentada pelos discursos das lideranças políticas regionais.

O argumento será conduzido em quatro seções. Na primeira delas, procura-se diferenciar os conceitos de corrida armamentista e de armamentismo, de modo que se compreenda os processos que ocorreram na América do Sul durante as décadas de 1970 e de 2000. A segunda e a terceira analisam os dados referentes às compras militares empreendidas pelos países sul-americanos e o contexto no qual elas foram realizadas. Na quarta, discute-se a formação de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, principalmente com a criação e fortalecimento de instituições regionais, no sentido de gerar confiança e segurança para os países, superando a lógica de rivalidade e conflito que outrora perdurava. Por fim, conclui-se que a formação dessa identidade mitigou o desencadeamento de uma corrida armamentista sul-americana, caracterizando como armamentismo o processo de aquisições de armamentos dos países da região, uma vez que os atores perceberam que o custo político do conflito é um desincentivo à beligerância.

DIFERENCIANDO A CORRIDA ARMAMENTISTA DO ARMAMENTISMO: QUANDO AS ARMAS NÃO COMPETEM ENTRE SI

O tema “corrida armamentista” é observado de modo constante ao longo da história das relações internacionais, no entanto, permanece bastante aberto a interpretações no campo teórico. De modo sucinto, pode-se afirmar que ela é caracterizada por uma interação dual entre Estados que incrementam, consciente e notavelmente, seus estoques de armamentos como resultado de

percepções contrárias em determinada questão. Esse fenômeno envolveria uma motivação recíproca e ocorreria em uma temporalidade definida. Não surgiriam, assim, como efeito de mera oposição de ideias ou insatisfação com relação a políticas específicas da outra parte, mas como parte de um processo que evolui e necessita de um tempo mínimo para se desencadear (MARIN: 2009, p. 7).

Sucinta, porém incompleta, é a definição acima. Em primeiro lugar, não é possível restringi-la apenas à interação entre dois Estados, como já observara Wight (2002, p. 247), tendo em vista que ela poderia ser levada adiante por duas ou por muitas potências rivais e poderia ser local ou generalizada. Em segundo, conviria recordar o questionamento de Aron (2002, p. 803-804) – para o qual, segundo o próprio autor, não há resposta categórica – acerca da motivação para corrida armamentista: ela é a causa ou a consequência do conflito político? E continua o sociólogo francês:

A corrida armamentista resulta da procura da segurança pela força e simboliza a dialética da hostilidade em tempos de paz; é a forma não-belícosa da escalada. Por isto pode, em certas circunstâncias, intensificar a hostilidade que a originou e agravar o sentimento de insegurança dos Estados rivais. Cada um se arma porque o outro também se arma, e nenhum dos dois pode pôr fim a esse processo circular; a situação, aparentemente absurda - para quem se recusa a aceitar a lógica dos atores - pode de fato ser criada menos pelas suspeitas de cada um a respeito do outro do que pelas armas que o outro adquire; menos pelas intenções que cada um atribui ao rival do que pelos meios de destruição que ele possui. (ARON: 2002, p. 803-804)

O argumento de Morgenthau (2001, p. 734) é consonante com a assertiva de Aron. Para o cientista político norte-americano, os Estados se armam seja para se defender de outros Estados, seja para atacá-los. Uma vez armados, eles forçam os demais a proceder da mesma maneira, e todos passam a se empenhar em uma luta pelo poder, que se resume a “armar-se o melhor que puder”. Esse contexto poderia advir, como avaliou Wight (2002, p. 248), do exercício de auto comparação entre políticas externas de Estados, o qual induziria, subjetivamente, a uma corrida armamentista. Desfecho dessa corrida, historicamente, parece ter sido um conflito armado. Aron (2001, p. 791) ressalta a importância dos efeitos psicológicos que ela exerce, ao manter e agravar um clima internacional de suspeita e angústia, a ponto de ser “melhor um fim terrível do que um terror sem fim”.

A corrida armamentista é fruto da desconfiança que advém do temor às armas. No momento em que a capacidade destrutiva (mesmo de armas convencionais) e quantidade de armamentos disponíveis supera em muito a expectativa dos atores, o custo da derrota se eleva de modo potencial. Enquanto na teorização clássica de autores como Clausewitz cenários de

destruição total serviriam como “rédeas” para a atuação e planejamento em casos de conflito, o grau de destruição da conjuntura de guerra moderna justificaria gastos crescentes e ilimitados na preparação para a própria guerra. Particularmente, cenários sombrios incitam as partes ao combate preventivo ou retaliatório (BOK: 1985, p. 714), conduzindo às compras militares ou produção de armas.

Em alguma medida, o conceito de corrida armamentista pode se aproximar do conceito de “dilema de segurança”. Este, porém, é mais abrangente do que aquele, na medida em que essa corrida implica em uma das situações possíveis de ocorrência de tal dilema: quando a busca pela própria segurança, por meio da aquisição e/ou produção de armas, provoca a insegurança de outros. De acordo com a clássica definição de Herz (1950, p. 157):

Onde quer que exista tal sociedade anárquica [...] surge o que pode ser chamado de “dilema da segurança” [...]. Grupos ou indivíduos vivendo neste ambiente devem estar, e normalmente estão, preocupados com a sua segurança no caso de serem atacados, subjugados, dominados ou aniquilados por outros grupos e indivíduos. Esforçando-se para alcançar a segurança diante de tal ataque, eles são levados a adquirir cada vez mais poder para escapar do impacto do poder dos outros. Por sua vez, isto torna os outros mais inseguros e os obriga a se preparar para o pior. Tendo em vista que ninguém jamais possa se sentir totalmente seguro neste mundo de unidades competidoras, segue a competição pelo poder, e o círculo vicioso de acúmulo de segurança e poder continua. (Tradução nossa)³

Há dois fatores, segundo Clausewitz (2010, p. 11), que fundamentam a mobilização de recursos para o esforço de guerra, desdobramento provável da corrida armamentista: os meios disponíveis para o adversário e a vontade. O primeiro, já tratado nas considerações acima, detém um caráter quantitativo e pressupõe que, no estágio de preparação para o conflito (seja imediato, seja fruto de precaução ou desconfiança), haja preferencialmente

³ No original: “Wherever such anarchic society has existed [...] there has arisen what may be called the “security dilemma” [...]. Groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on.”

a superação em quantidade do efetivo inimigo. O segundo, subjetivo e intuitivo, é imensurável e transcende a dimensão material dos conflitos, bem como da corrida armamentista. Daí a necessidade de se recorrer à perspectiva construtivista das Relações Internacionais para adicionar a dimensão ideacional na discussão deste conceito.

Wendt (2005) argumentou que são os entendimentos, as expectativas e os conhecimentos compartilhados que constituem os atores e a natureza de seus relacionamentos. Há, nesse sentido, uma estrutura socialmente compartilhada – de entendimentos, expectativas e conhecimentos – que confere significado para os recursos materiais. A mera aquisição de armamentos não indica, *a priori*, uma corrida armamentista, e sim o significado que se atribui a esse processo de aquisição. No próprio exemplo do autor, para os Estados Unidos, 500 armas nucleares inglesas são menos ameaçadoras do que 5 armas nucleares norte-coreanas. No primeiro caso, certamente, a resposta do governo norte-americano não será aquela prevista por Aron e Morgenthau, ao passo que será no segundo caso.

Neste sentido, o desenrolar de uma corrida armamentista mediante um processo de aquisição ou produção de armas, bem como a vontade de guerrear, depende do significado que é atribuído pela estrutura socialmente compartilhada onde os atores estão imersos. É esta estrutura, inclusive, que conforma suas respectivas identidades, individual e coletivamente. Se há, no plano ideacional, uma identidade que orienta os atores a superarem a lógica conflituosa entre si por meio de instituições ou que projete sua defesa contra países alheios à sua região, então, pode-se supor que esses atores não se percebem, mutuamente, como ameaças e não adquirem ou desenvolvem armas em resposta a processos similares de outrem. Nem se armam porque há uma questão controversa. Na verdade, não prevalece um clima de competição.

Diferencia-se, com isso, corrida armamentista de armamentismo. Este teria motivações eminentemente domésticas e seria, ao menos de modo imediato, alheio a ameaças externas, sobretudo, a iminência de um conflito armado. O armamentismo está relacionado com a construção ou acúmulo de capacidades – não necessariamente de caráter defensivo –, por parte de um determinado Estado, de modo unilateral, sem a finalidade primeira de concorrer em termos de efetivo com outros Estados (AMUSQUIVAR et al.: 2008, p. 34). Certamente, qualquer Estado, ao se armar, pode deter intenções de projetar poder e, naturalmente, preparar-se para combater ameaças futuras, mas tal processo não se define em termos comparativos e/ou reativos.

É suficiente para este artigo considerar, em síntese, que a corrida armamentista estrutura-se em torno de ameaças externas, em ambiente competitivo, e tende a desembocar em uma guerra, muito embora esta não seja uma finalidade em si. Para simplificar metodologicamente, e tentando oferecer uma resposta ao questionamento de Aron, a corrida armamentista

é consequência de um conflito político, uma vez que a elevação dos estoques de armamentos é motivada pelas percepções contrárias acerca de determinada questão. Por sua vez, o armamentismo estrutura-se em torno de capacidades, fruto de decisão interna dos governos em adquirir ou produzir armas, sobretudo, para adaptar, modernizar ou transformar suas forças armadas. Por um lado, isso permite aos militares cumprirem suas missões com maior eficiência ou mesmo desempenhar novas missões. Por outro, esse processo pode gerar desconfianças e rivalidades, chegando à seguinte dedução: o armamentismo é a causa do conflito político, induzindo, em última instância, uma corrida armamentista.

Com base nestas definições, argumenta-se que o conceito de corrida armamentista é aplicável ao processo de aquisição de armamentos que ganhou curso na América do Sul durante década de 1970, enquanto que, no momento recente, a situação se caracteriza pelo armamentismo. A superação da lógica do conflito no imaginário político regional em favor da construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa modificou a percepção dos países da região com relação às compras militares. Identidade que está consubstanciada na perspectiva de formação de uma comunidade de segurança -, cujo traço marcante é a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Na década de 2000, predominaram mecanismos de promoção de confiança, que aumentaram os custos políticos do conflito, tornando a corrida armamentista, como tradicionalmente concebida, indesejável. Para analisar esta diferenciação conceitual, nas próximas seções, serão descritos os contextos de ambas as décadas e examinados os respectivos processos de aquisição de armas.

AS COMPRAS MILITARES NA DÉCADA DE 1970 E A CORRIDA ARMAMENTISTA

A comparação do contexto de elevação dos gastos militares e das compras de armamentos vivenciado pela América do Sul nas décadas de 1970 e de 2000 é fundamental para a compreensão dos conceitos de corrida armamentista e armamentismo. Para o estudo em questão, por razões metodológicas, consideram-se os dados relativos à aquisição de armamentos em cinco categorias, como as delimitadas pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), quais sejam: aeronaves, veículos blindados, artilharia, mísseis e navios. Segundo a tipologia do SIPRI, são os armamentos identificáveis como caracteristicamente ofensivos (ou que, mesmo de caráter defensivo, possam ser empregados além desse fim). A escolha dessas categorias é justificada por, apesar do foco quantitativo, ser necessário especificar a natureza ofensiva das aquisições, devido à importância da percepção de ameaças para o trabalho. Trata-se de uma escolha dos autores, baseada livremente nesse aspecto.

A análise quantitativa, nesta seção, fundamenta-se no proposto por

Bolks e Stoll (2000: p. 582), segundo os quais a literatura tradicional sobre o tema corrida armamentista – cujo embasamento se dá mediante a análise dos gastos e orçamentos militares – apresenta distorções graves, como o foco em relações duais entre os Estados envolvidos, ignorando os efeitos do processo de compra para além deles, como em países vizinhos ou o impacto dos fornecedores. Ao estudarem a questão da corrida armamentista naval das grandes potências desde o final do século XX, eles propõem que, em determinados casos, ela seja analisada pelo volume de aquisições – e não pelo valor empregado nas compras –, o que daria uma medida mais precisa do emprego de recursos (BOLKS; STOLL: 2000, p. 586-587). Recordam os autores que “guerras não são lutadas com dinheiro, mas com armas e pessoas”⁴ (BOLKS; STOLL: 2000, p. 589). Estudos posterior esse valem desse mesmo princípio, sob a justificativa de que dados empíricos tendem a reproduzir de modo imperfeito determinado conceito, mas as imperfeições da medida do volume de compras ainda seriam menos impactantes no resultado do estudo que as decorrentes da análise meramente pecuniária, e possivelmente seria um modelo apropriado para o desenvolvimento dos estudos dessa área (MARIN: 2009, p.47).

Há uma importante ressalva, ainda, sobre o fenômeno na América do Sul: o estudo de corridas armamentistas na região não poderia se basear apenas nos gastos militares, pois nesses países boa parte dos recursos financeiros é empregada em fins não militares, como despesas com pessoal ou de natureza política. Desse modo, o uso da quantidade de armamentos como variável é um índice mais confiável, facilitando a tarefa de medir o que é pertinente ao estudo. As armas ofensivas se destacam mais nesse cenário e sua natureza auxilia a entender as intenções de seus compradores (MENESES: 1982, p. 12).

O arranjo da década de 1970 foi marcado pela previsibilidade da competição da Guerra Fria e a proliferação de armas convencionais nos países subdesenvolvidos. Essa procura pelas armas teria sido fomentada desde o final dos anos 1960 e se enquadrou em um contexto favorável. A facilidade para a obtenção de créditos e a perspectiva de conflitos em várias regiões do mundo impeliram os Estados, mesmo em desenvolvimento, a tomarem parte no mercado de importação de armamentos (BRIGAGÃO: 1983, p. 15-16). Ademais, tornou-se uma política clara, por parte das potências, fornecer equipamento e recursos a seus respectivos aliados, o que prosseguiu até o final da década de 1980 (KELLER, NOLAN: 1998, p. 114). Em particular, na América do Sul, a existência de governos militares em diversos países propiciou o aumento das compras militares.

A corrida armamentista sul-americana se desenvolveu por fatores relacionados com desconfiças e rivalidades, oriundas do século XIX,

⁴No original: “wars are not fought with currency but with weapons and people.”

entre os países da região. Peru, Equador e Chile envolveram-se em disputas fronteiriças e Brasil e Argentina rivalizaram-se em questões geopolíticas – à época, marcada pela tensão com a construção de Itaipu e o grande fluxo migratório de brasileiro para países da região e província de Misiones (MENESES: 1982, p. 10-12). A redução do papel de preponderância dos Estados Unidos agravou esse quadro de instabilidade na América do Sul. Nesse período, o país não apenas deixou gradualmente de exercer influência hegemônica, mas também desvencilhou-se de uma complexa estratégia de balanceamento de poderes na região, ao liberalizar sua política de vendas de armamentos para a região ao término do governo Nixon (MENESES: 1982, p. 22). Desse modo, há uma situação de incertezas propícia à ocorrência de tal corrida.

Muito embora não se considere esta variável no presente estudo, é interessante observar que, entre 1970 e 1979, houve um aumento de 22,5% nos gastos militares mundiais, passando de 425 bilhões para 521 bilhões de dólares. Ao final da década, os gastos militares dos países desenvolvidos aumentaram cerca de 14%, quando comparado aos do início da década, totalizando 402,7 bilhões de dólares, enquanto que os dos países em desenvolvimento alcançaram o montante de 118,7 bilhões de dólares, o que correspondeu a um aumento de 61,6%. A América do Norte e a Europa respondiam por 75% dos gastos militares mundiais, e a América Latina⁵, apenas 1%. Quando se observa os gastos militares latino-americanos do período em tela, que passaram de 5 bilhões para 7 bilhões de dólares, nota-se uma elevação de 40% (US ACDA, 1982, p. 1-4).

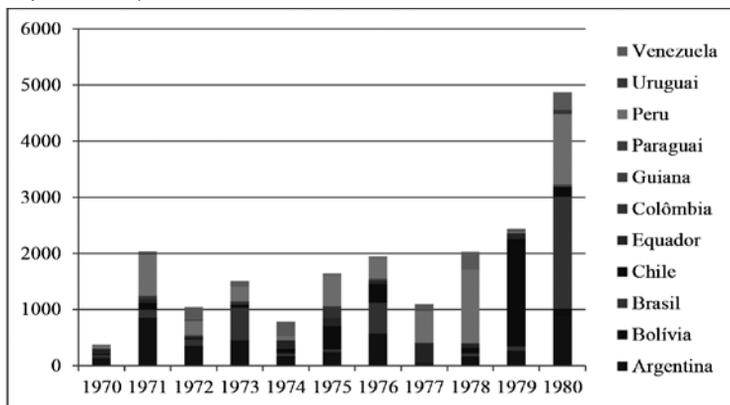
Se, por um lado, os gastos militares mundiais tiveram um aumento moderado, por outro, o comércio internacional de armas teve um crescimento acentuado de 124%, atingindo o valor de 23 bilhões de dólares. Desta vez, os países em desenvolvimento foram os responsáveis por esse crescimento, uma vez que a importação de armamentos passou de 6,9 bilhões de dólares, em 1970, para 17,7 bilhões de dólares, em 1979, um aumento de mais de 156%. Os países desenvolvidos dependeram 2,9 bilhões de dólares para a compra de armas, em 1970, e 4,2 bilhões de dólares, em 1979, o que representa uma elevação de quase 45%. Ao final da década, os países em desenvolvimento respondiam por aproximadamente 81% das importações mundiais de armas. Nessa conjuntura, a América Latina elevou suas compras militares, passando de 200 milhões de dólares para 1,5 bilhões de dólares, o que representa um significativo aumento de 650% e uma participação, em 1979, de 7% nas importações mundiais de armas (US ACDA, 1982, p. 5-9).

Em particular, na América do Sul, houve um volume expressivo de importação de armamentos na década de 1970. Com a exceção de 1974 e 1977, o crescimento nas compras militares foi constante (ver Gráfico I). É notável que se identifique a maior parcela de participação ativa nessas

⁵ Embora a América do Sul seja objeto de análise deste artigo, na ausência de dados específicos sobre a região, recorre-se aos dados da América Latina.

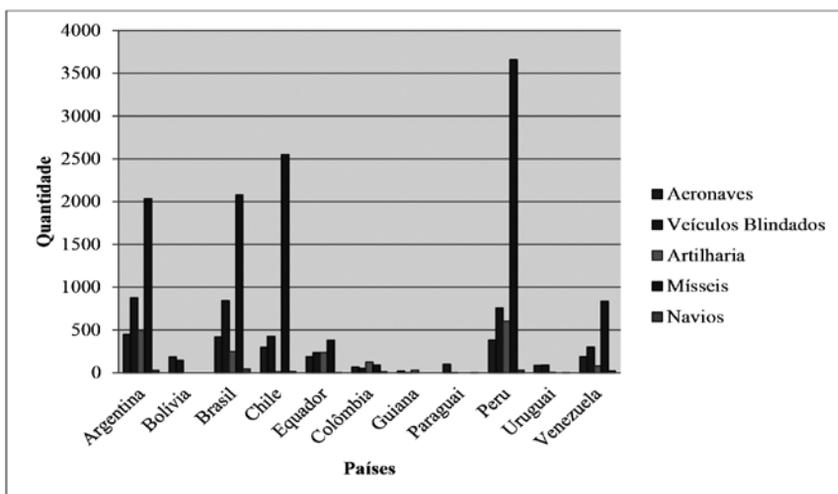
compras por parte dos Estados envolvidos em questões fronteiriças, como Peru e Chile, além de expressiva participação do Brasil e Argentina, os países com maior pujança militar e que exerciam uma pressão geopolítica mútua no período. A maior parte das aquisições se concentrou em veículos blindados e mísseis, itens de custo reduzido, enquanto poucos navios foram adquirido, dado seu elevado valor e tempo de construção, quando novos – racionalidade que não se aplicou às aquisições de aeronaves, que foram elevadas (ver Gráfico II).

Gráfico I: Compras de armamentos na América do Sul (década de 1970) ***



Fonte: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.

Gráfico II: Compras de armamentos por tipo (década de 1970) ***



Fonte: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.

Constata-se nesta seção, por fim, que a corrida armamentista na década de 1970 pode ser explicada por três razões: contexto internacional propício à sua consecução, grande volume de compras militares, com perspectiva de emprego para solucionar controvérsias, e rivalidades históricas não resolvidas pelos países sul-americanos. Diferentemente, na década de 2000, a aquisição de armamentos pelos países sul-americanos não se desdobrou em uma corrida armamentista, como se verá a seguir.

AS COMPRAS MILITARES NA DÉCADA DE 2000 E O ARMAMENTISMO

A década de 2000 mostra uma conjuntura internacional menos favorável ao conflito, porém, mais tempestiva à ocorrência de processos de instabilidade. Após os atentados de 11 de setembro, houve uma guinada do governo norte-americano nas políticas de segurança regionais. Os Estados Unidos passaram a direcionar esforços e recursos diplomáticos para que os países da América do Sul enveredassem à securitização do terrorismo, ao tempo que dinâmicas endógenas faziam ressurgir ameaças na região. Em uma localidade geográfica cuja configuração política e territorial relativamente estável se mostra pouco propensa ao conflito interestatal, o principal risco de instabilidade acaba decorrendo justamente do fenômeno da aquisição de armamentos, que ocorre naquele momento em diversos Estados (MARIN: 2009, p. 13). Daí o temor, ainda que falacioso, da existência de uma corrida armamentista neste segundo período.

Dois grandes vetores influenciaram esse processo de crescimento de compras militares na região. O primeiro, o Plano Colômbia, serviu para aumentar consideravelmente o aparato militar deste país, antes uma potência regional secundária, e ensejar a instalação de bases norte-americanas na região, um fator de insegurança para países limítrofes. O segundo, a instabilidade interna de alguns países, acarretou a possibilidade de conflitos, com trocas de presidentes, aumento da atividade de narcotráfico e problemas de controle de fronteiras. Isso redundou no caso mais grave, a escaramuça entre Colômbia e Equador no ano de 2008, que gerou uma crise com o envolvimento de outros vizinhos, chegando às vias do rompimento de relações diplomáticas (MASSÉ: 2009, p. 89). Houve também tensão chilena em relação a Bolívia e Peru, cujo relacionamento seria marcado por “avanços e retrocessos” (MILET: 2009, p. 79).

No novo milênio, ao contrário da década de 1970, ocorreu um aumento dos gastos militares mundiais e uma tímida elevação nas transferências internacionais de armamentos. Em 2010, os gastos militares mundiais atingiram o montante de 1,63 trilhões de dólares, o que representou um aumento superior a 90% em relação a 2001, quando eles totalizavam 839 bilhões de dólares. Nesse período, os Estados Unidos foram os principais responsáveis pela elevação desses gastos, tendo em vista que os próprios

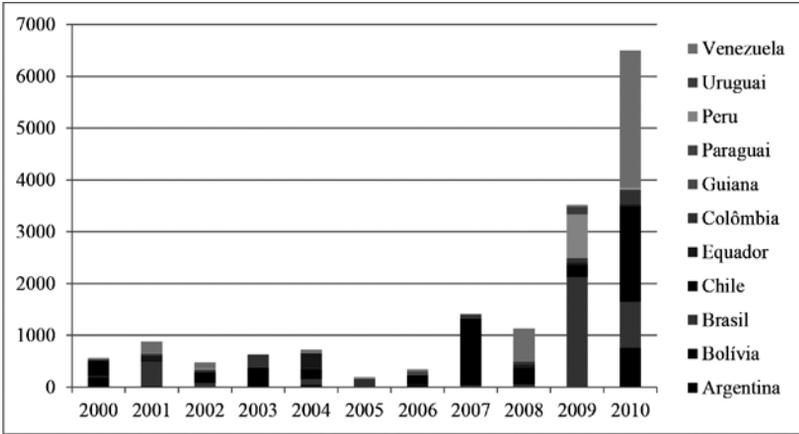
gastos subiram em torno de 81%, enquanto o aumento foi de 32% no resto do mundo (COOPER et al.: 2011, p. 157). No mesmo período, os gastos militares da América do Sul passaram de 38,7 bilhões para 63,3 bilhões de dólares, registrando um aumento de aproximadamente 66%. O Equador foi o país que mais aumentou seus gastos (272%), seguido de Colômbia (100,4%) e de Chile (83,6%). Os gastos brasileiros elevaram-se em 54,7% (COOPER et al.: 2011, p.104-207).

De 2001 para 2010, o valor total das transferências internacionais de armas basicamente não se alterou, permanecendo em torno de 25 bilhões de dólares. Após o comércio mundial de armamentos sofrer um decréscimo entre 2001 e 2004, chegando a 20 bilhões de dólares e voltando a crescer em 2005, ele se recuperou no período que se estende de 2006 a 2010 e registrou um aumento de 24% quando comparado com o período de 2001 a 2005 (BÉRAUD-SUDREAU et al.: 2011, p. 1-2). As aquisições de certos países da América Latina, do Oriente Médio, do norte da África e do sudeste da Ásia pareciam sugerir a emergência de um padrão reativo na compra de armas, com a perspectiva de se desenrolar em uma corrida armamentista. Para ilustrar a situação, houve um aumento expressivo no volume de armas importadas por Israel (102%), Cingapura (147%) e Argélia (102%), três Estados que não estavam entre os dez maiores importadores entre 2000 e 2004, mas que passaram a ocupar, respectivamente, o sexto, o sétimo e o nono lugares no período 2005-2009 (BROMLEY, 2010, p. 285-286).

A América do Sul também revela números impressionantes quanto à aquisição de armamentos, cuja participação na importação internacional de armas, com o aumento de 150% no volume transferido, passou de 1,5%, entre 2001 e 2005, para 4%, entre 2006 e 2010. O destaque recai, sobretudo, no Chile, que se tornou o maior importador de armas na região sul-americana e o décimo segundo no mundo, aumentando suas importações em 67%, quando comparado os dois períodos em tela. Nesse recorte temporal, o crescimento das importações de Brasil (436%), Equador (366%) e Venezuela (359%) igualmente chama a atenção (BÉRAUD-SUDREAU et al.: 2011, p. 5).

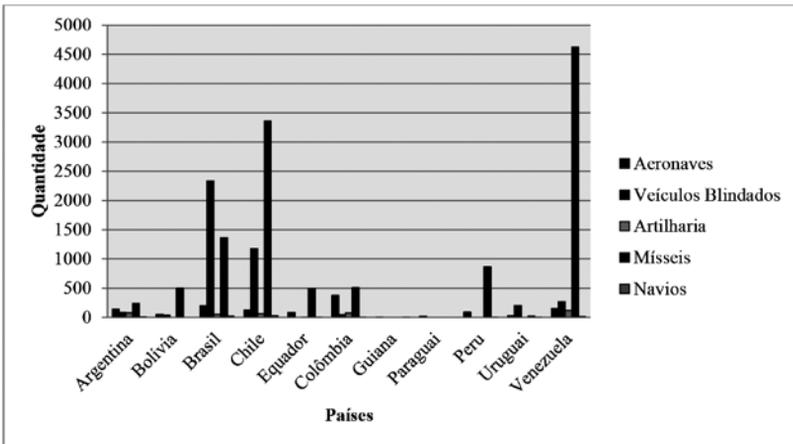
É bastante significativo, especificamente, o aumento no volume de compras entre os anos de 2007 e 2010 (ver Gráfico III). Comparado com a década de 1970, registrou-se uma diferença muito maior na curva de crescimento, todavia, em termos gerais, o volume total de compras se mostra reduzido e até mesmo inflacionado por compras de produtos que serão entregues em longo prazo, como nos casos de Brasil e Venezuela (ver Gráfico IV). No período anterior, verifica-se um volume anual superior a mil unidades por ano, enquanto esse valor é alcançado (e superado) apenas nos quatro últimos anos do período recente.

Gráfico III: Compras de armamentos na América do Sul (década de 2000) ***



Fonte: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.

Gráfico IV: Compras de armamentos por tipo (década de 2000) ***



Fonte: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.

Este seria um primeiro indício de que não se estaria conflagrando uma corrida armamentista, pelo simples caráter quantitativo não representar uma situação de competição entre os Estados. Não parece haver um predomínio regular de determinados Estados no volume de compras, como no período analisado anteriormente, apesar de Chile, Venezuela

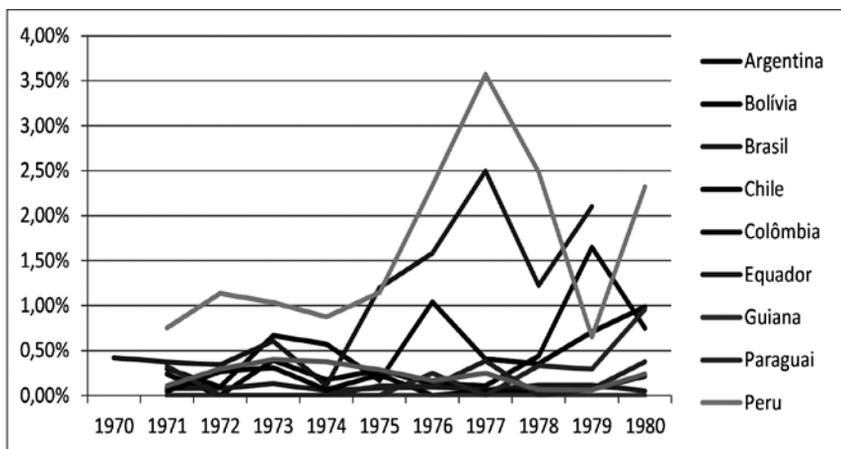
e Brasil estarem na dianteira em volume de compras, especialmente nos últimos três anos. Destacam-se os programas vultosos destes três países, como a aquisição de caças modernos pelo Chile, a compra de armas de fogo, caças e veículos russos pela Venezuela e o projeto F-X2 e os acordos com a França para desenvolvimento de submarinos convencionais e nuclear pelo Brasil. Outro indício, também em termos numéricos, de que não haveria essa corrida na América do Sul é que as taxas de aquisição de armamentos são comparativamente menores do que as taxas do anos 1970.

Para aperfeiçoar esta análise em tela, é necessário recorrer a uma fundamentação secundária e contrapor dois conjuntos de dados: compras militares e Produto Interno Bruto (PIB). Com efeito, é possível avaliar de que maneira os países sul-americanos empenharam recursos financeiros na aquisição de armamentos e deduzir a finalidade desse processo. A escolha desses dados, uma vez mais, reveste-se de um caráter metodológico. O valor das importações militares representa uma quantificação bastante próxima do que foi empregado pelos países para a compra dos aparatos descritos na parte anterior do trabalho, e a comparação com o PIB possibilita um estudo mais acurado acerca dos valores destinados às compras que o orçamento de defesa em geral dos países (sujeito a flutuações mais drásticas por contingenciamentos ou gastos com pessoal). Basicamente, por estar menos sujeito a flutuações, o PIB é mais adequado para a extração da porcentagem destinada às compras das décadas de 1970 e 2000⁶.

Na primeira destas duas décadas acima, os países da região passaram a dispendir uma porcentagem crescente de seus orçamentos para compras militares no exterior (ver Gráfico V). Entre 1971 e 1974, houve um leve crescimento dessa porcentagem nos países como um todo e, a partir de 1975, um incremento acentuado, principalmente no Chile, Equador, Bolívia e Peru. É de se notar que Brasil e Argentina, os países com maior efetivo e capacidade militar, apresentam pouca variação no percentual destinado a tais compras, porém, quantitativamente, foram os que mais investiram nesse setor, e essa situação possivelmente refletiria a aproximação entre os países que já se vislumbrava no final do período.

⁶ A fonte de tais dados para o período mais recente são o anuário do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security), de onde obtiveram-se os valores das compras, e a base de dados do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD>), de onde se obteve a listagem do PIB dos países. Para o período da década de 1970, houve também a utilização de relatórios WMEAT (World Military Expenditure and Arms Transfers), elaborados pela ACDA (Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos EUA) e disponíveis em <http://www.state.gov/t/avc/rls/rpt/wmeat/c50834.htm>.

Gráfico V: Relação entre PIB e gasto com compras militares (década de 1970) ***



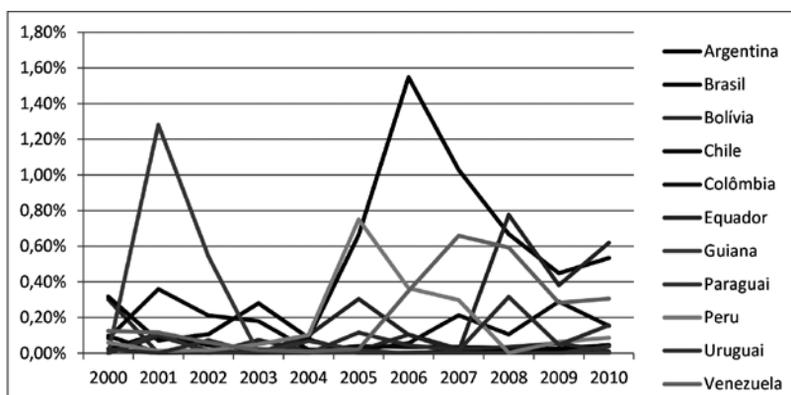
Fonte: *World Military Expenditures and Arms Transfers 1964-1997*

Em relação à média mundial, o percentual destinado às compras pela maioria desses países é muito baixo, com valores inferiores a 0,5% da média, o que torna ainda mais significativo o aumento vertiginoso dos recursos dispensados a essa atividade por alguns países na reta final dessa década, com o Peru superando a marca de 3,5% no ano de 1977. O aspecto de uma corrida armamentista se torna factível, de modo mais claro ao verificarmos que esse aumento ocorreu entre países com fronteiras comuns e disputas históricas irresolutas, um dos poucos fatores de conflitos observáveis na região.

Nos anos 2000, em comparação com o período anterior, constatou-se um crescimento semelhante no percentual das compras militares em relação ao PIB a partir da metade da década (ver Gráfico VI)⁷, mas, em geral, esse valor manteve-se estável na maioria dos países sul-americanos. A principal exceção foi o Chile, com uma elevação abrupta de gastos a partir de 2005, mas que sofreu queda imediata a partir de 2007. Equador e Peru apresentaram processos similares, e apenas a Venezuela deteve um crescimento mais sustentado desse percentual, não obstante sua redução em 2008.

⁷ Desconsidera-se, neste levantamento, o pico inicial caracterizado pelo gráfico da Guiana, cujo impacto dos gastos de defesa em um PIB reduzido são maiores, além de os valores reais serem poucos significativos.

Gráfico VI: Relação entre PIB e gasto com compras militares (década de 2000) ***



Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/facts/>>; World Bank National Accounts Data. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/facts/>>; <<http://data.worldbank.org/data-catalog/>>.

Há duas observações importantes sobre os dados em questão neste período. Primeiramente, verifica-se uma queda acentuada do percentual acima em quase todos os países da região no ano de 2008. Uma explicação para isso seria a ocorrência da crise financeira internacional, que tolheu de maneira significativa os gastos de defesa ao redor do mundo, especialmente em países com economia fragilizada ou vulneráveis, como os da América do Sul. Em segundo lugar, e possivelmente mais significativo, apesar do valor bruto dos investimentos em importações militares serem superiores àquele da década de 1970, em termos relativos, houve uma redução drástica do percentual empregado nessa área. Para a maioria dos países, as compras militares não ultrapassam a marca de 0,2% do PIB, e apenas casos excepcionais, como da Guiana ou do Chile, ultrapassam o patamar de 1%, o que teria sido menos difícil no período anteriormente analisado.

A situação conjuntural da economia, que tornou praticamente inviável o engajamento em uma corrida armamentista, e o baixo valor empregado nas importações de armamentos indica que no período da década de 2000 não teriadesequenciado tal processo, como aquele da década de 1970. Trata-se, na verdade, de um processo de armamentismo, cuja finalidade precípua dos países sul-americanos foi conduzir a adaptação, modernização e transformação de suas forças armadas, muitas delas em condições de sucateamento, impostas pelo tempo de serviço.

Até aqui, pode-se verificar, por meio da análise qualitativa, concentrada na dimensão material das compras militares, que não ocorreu corrida armamentista, porém, por que mudaram as percepções dos países sul-

americanos acerca da aquisição de armamentos? Eis que se introduza dimensão ideacional no estudo desse conceito, cerne do argumento ora apresentado. A construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, mesmo que em fase de consolidação, é o que fundamentou a ocorrência do armamentismo na década de 2000 e conferiu significado às compras militares empreendidas no período. Essa identidade se materializou, em contraste com os anos 1970, no maior grau de institucionalização da América do Sul, que tornou os custos políticos do conflito elevados, quando não proibitivos. É este o tema da seção a seguir.

A IDENTIDADE SUL-AMERICANA EM MATÉRIA DE DEFESA: DA LÓGICA DO CONFLITO À COMUNIDADE DE SEGURANÇA?

Concomitante ao aumento dos gastos militares e das compras de armas na América do Sul, que, a exemplo da década de 1970, ultrapassaram a média mundial – e a despeito da diferença observada na porcentagem dessas compras em relação ao PIB –, os líderes sul-americanos direcionaram diversos esforços para aprofundar a integração regional, com implicações importantes em matéria de defesa. Novas perspectivas e instituições surgiram. Há quarenta anos, os antagonismos do condomínio bipolar, que se manifestavam na região, compelia os países sul-americanos a combater ameaças extraregionais, provenientes de qualquer ação soviética que afetasse o equilíbrio de poder instaurado, ao tempo em que eles nutriam desavenças e suspicácias entre si. Velhos arranjos, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), eram incapazes de suplantam a lógica de rivalidade – e quiçá conflitiva – sul-americana. A partir de 2000, nota-se um incremento da cooperação entre os países da América do Sul, passando desde a integração física, com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), até a integração política, com a criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL). Traço marcante dessa integração política foi o estabelecimento, em 2008, no âmbito da própria UNASUL, do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

A diferença do grau de institucionalização entre ambas as décadas, que tanto expressa quanto constitui a identidade dos países sul-americanos, individual e coletivamente, em seus relacionamentos, é essencial para a compreensão dos processos de corrida armamentista e de armamentismo. Na década de 1970, a inexistência de instituições regionais dificultou – quando não impediu – a construção de uma identidade sul-americana, como um todo, e em matéria de defesa, em particular. Já nos anos 2000, a multiplicação de instituições na América do Sul – às vezes uma sobrepondo-se a outra – possibilitou o desenvolvimento de uma identidade comum na região, com implicações para questões de defesa. Na ausência de uma estrutura socialmente compartilhada, que permita aos países transparecer seus entendimentos recíprocos e coordenar suas posições politicamente,

rivalidades e desconfianças ditam a tônica de suas identidades e a lógica do conflito se impõe, propiciando a ocorrência de uma corrida armamentista quando os países levam a cabo processos de aquisição de armamentos.

Não existia uma ideia e tampouco um projeto de América do Sul entre os 1970 e 1980, e sim algumas iniciativas de integração latino-americana no plano econômico, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), doravante denominada Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Convém recordar, nesse aspecto, a iniciativa sub-regional de cooperação econômica e social do Pacto Andino⁸, em 1969, que se converteria na Comunidade Andina de Nações (CAN), em 1997. No plano político, abrangendo todo o continente, figurava a Organização dos Estados Americanos (OEA). Questões de defesa eram tratadas sob a alçada do conceito de “segurança hemisférica”, fortemente atrelado às concepções políticas norte-americanas, e também detinham enfoque continental. A estruturação do arcabouço legal para reger essa área seguiu-se ao término da Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, os Estados americanos firmaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou Pacto do Rio, comprometendo-se a adotar o princípio da segurança coletiva no continente. Um ano depois, acordou-se o Tratado Americano de Soluções Pacíficas, ou Pacto de Bogotá, obrigando os países pactuantes a resolverem suas controvérsias por meios pacíficos, com ênfase no direito internacional, no diálogo e na diplomacia. A própria criação da OEA, também em 1948, prestou contribuição importante para a segurança hemisférica, ao reforçar a resolução pacífica de disputas e a prevenção do conflito. Passo significativo, que poderia contribuir para aumentar a confiança entre os Estados latino-americanos e caribenhos, foi tomado em 1967, com a assinatura do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, ou Tratado de Tlatelolco, vinculando o estabelecimento (inédito) de uma zona livre de tais armas à manutenção da paz e da segurança na região.

Com a predominância de arranjos continentais, latino-americanos e até mesmo sub-regionais, inócuos no sentido de gerar coesão, não se percebeu um esforço, ainda que incipiente, de construção de uma identidade sul-americana, menos ainda no campo da defesa. Na verdade, os países derivavam suas práticas dos mecanismos continentais, mas elas não eram capazes de suplantar as rivalidades e desconfianças entre os países sul-americanos. O TIAR foi colocado em xeque na Guerra das Malvinas, ao fracassar no teste de promover a solidariedade continental, enquanto emergiu um parâmetro de solidariedade sub-regional, reativa, importante para provocar a reflexão sobre uma identidade sul-americana. Isso ocorreu

⁸ Foi formado, originalmente, por Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. A Venezuela entrou aderiu ao acordo em 1973, e o Chile retirou-se dele em 1976.

a partir do Grupo de Contadora⁹ em 1983, que precedeu o Grupo do Rio¹⁰, em 1986. Ainda assim, essa construção identitária não foi propriamente endógena, mas definida por meio da oposição às políticas intervencionistas norte-americanas na América Central.

Por sua vez, na década de 2000, os países da América do Sul exprimiram o desejo de aprofundar a integração regional, favorecendo a construção de uma identidade sul-americana, que também se estenderia para a área de defesa. É fato que esse aprofundamento decorreu de um longo processo histórico, incorporando princípios e práticas de décadas anteriores, e nem sempre produziu sinergia entre os países da região. Não convém, neste espaço, discorrer sobre toda a marcha da integração sul-americana nos anos recente, e sim enfatizar o principal projeto que ilustra esse caminho: a UNASUL.

Em setembro de 2000, realizou-se a primeira das três reuniões de presidentes da América do Sul, que destacou a necessidade de se estabelecer uma agenda comum de oportunidades e desafios para a região. A segunda, em 2003, expressou a vontade dos países em impulsionar ações de coordenação e cooperação em direção à configuração de um espaço comum sul-americano. Finalmente, a terceira reunião, em 2004, criou a Comunidade Sul-Americana de Nações, que se converteria, em 2008, em UNASUL. Essa instituição foi criada com o propósito de promover a integração regional transversal, incorporando temas como energia, educação, saúde, ambiente, infraestrutura, segurança e democracia. Desde então, ocorreram diversas reuniões de chefes de Estado e de governo, de ministros e de setores das sociedades, materializando um dos objetivos do Tratado Constitutivo da UNASUL: a construção e consolidação de uma identidade sul-americana.

Esta aproximação beneficiou, em grande medida, a área de defesa. Também no ano de 2008, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da UNASUL, processo que contou com forte protagonismo do governo brasileiro, encampado pelo então ministro da Defesa, Nelson Jobim. O CDS se tornou uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, com os seguintes objetivos: consolidar uma zona de paz na América do Sul, para promover a estabilidade democrática e o desenvolvimento dos países, além de contribuir para a paz mundial; construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, fortalecendo a unidade da região e também latino-americana; e gerar consensos para fortalecer a cooperação regional no tema.

⁹ Composto por México, Panamá, Colômbia e Venezuela em resposta à invasão dos Estados Unidos em Granada, manifestando-se de maneira contrária a essa prática política do país.

¹⁰ Trata-se do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política originado do trabalho político e diplomático dos Grupos de Contadora e de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), em favor da paz na América Central. Tornou-se um mecanismo regional de concertação política e interlocutor representativo da América Latina e Caribe junto a outros países. Atualmente, possui 24 países membros.

É interessante observar outros três pontos que tendem a reforçar a identidade sul-americana em matéria de defesa. O primeiro deles, a vontade manifesta dos países em construir uma base industrial de defesa na América do Sul. O segundo, entre os objetivos específicos do Conselho, está a adoção de medidas de construção da confiança e da segurança, o que inclui a transparência nos gastos militares, exercícios conjuntos das Forças Armadas, intercâmbio entre militares, entre outras. O último é a inauguração do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), instância para a produção de tais estudos com o propósito de acessar o CDS.

Já se analisa a elevação do nível institucional da América do Sul à luz do conceito de “comunidade de segurança”, no sentido de Deutsch. Essa situação é atingível quando a confiança e o respeito mútuo entre certos Estados torna inconcebível a guerra como meio de solucionar suas controvérsias. Entusiasta dessa concepção, em oposição a teorias tradicionais sobre paz e guerra nas relações internacionais, o atual ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, argumenta que:

Hoje, a América do Sul caminha para se tornar uma Comunidade de Segurança, não no sentido que se usou tantas vezes na América do Sul, mas no sentido que o cientista político Karl Deutsch conferiu a esta expressão: uma comunidade de Estados soberanos entre os quais a guerra é impensável. (AMORIM: 2013, p. 3)

Esta comunidade de segurança sul-americana, aliás, já partiria do seguinte entendimento comum: a cooperação orienta as ações no âmbito regional, enquanto que a dissuasão deve ser extraregional. Mais um indicativo de que os países da região enveredaram esforços para abolir o conflito em suas interações e reforçar sua unidade frente a interesses de potências estrangeiras, ou mesmo projetar a América do Sul como um polo de poder. Parece ser esta uma expectativa desejável e promissora entre as lideranças políticas regionais.

No novo milênio, a existência de uma estrutura socialmente compartilhada entre os países sul-americanos, capaz de constituir suas identidades e moldar seus entendimentos, práticas e expectativas, impossibilitou a deflagração de uma corrida armamentista na região. Estrutura que se estendeu por diversas áreas, entre elas, a defesa. A factibilidade de instituições comunitárias dirimirem as perspectivas de um eventual conflito regional imprimiu a este maior custo político e estratégico. Mesmo presentes situações de instabilidade, as limitações impostas pelo arcabouço institucional constrangeu as percepções e comportamento das lideranças políticas da América do Sul. Conseqüentemente, o processo de compras de armamentos observado nesta década não se caracterizou como uma corrida armamentista, e sim armamentismo: o enfrentamento e a agressão não foram opções neste contexto.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como foco uma análise quantitativa e hermenêutica. Em uma primeira etapa, procurou-se diferenciar os conceitos de corrida armamentista e de armamentismo, uma vez que ambos se assemelham bastante e às vezes são empregados de maneira irrefletida. Na sequência, por meio dos dados coletados e da comparação histórica, demonstrou-se que a suposição de uma corrida armamentista na década de 2000 é uma falácia. Conquanto os gastos de defesa e as compras militares tenham-se elevado significativamente, essa situação não se demonstrou sustentável e não houve alocação expressiva de recursos econômicos para a aquisição de armamentos, como se verificou nos baixos percentuais que ela ocupou no PIB dos países sul-americanos. De modo a complementar o estudo em tela, considerando a dimensão ideacional nas compras militares, creditou-se importância à formação de uma identidade sul-americana – com a possibilidade de consubstanciar uma comunidade de segurança – em matéria de defesa como meio para superar as rivalidades e desconfianças outrora existentes.

Conclui-se, portanto, que não houve uma corrida armamentista – a exemplo os anos 1970 – na década de 2000, e sim um processo de armamentismo que não implicou, isoladamente, no risco de conflito. Neste período, a construção de uma identidade sul-americana e o maior peso das instituições regionais, quando comparado com o período anterior, apresentaram-se como fator inibidor da corrida armamentista. Apesar de empíricos levantarem as suspeitas quanto ao desencadeamento de tal processo, a estrutura regional socialmente compartilhada reduziu a insegurança dos países sul-americanos.

Como tema de pesquisa futura, que merece ser explorado, pode-se sugerir a formação de uma comunidade de segurança sul-americana, por meio da consolidação e aprofundamento da identidade regional em matéria de defesa. Trata-se de uma meta extrema e consideravelmente dificultosa de se alcançar, mas o padrão de arranjo regional, em termos de instituições, parece ter mitigado o conflito. Com o estudo do processo de aquisição de armamentos nas décadas de 1970 e 2000 e suas consequências, notou-se um caso prático em que há possibilidade de consecução desse tipo de comunidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. *A construção da identidade sul-americana em matéria de Defesa*. [Discurso] Manaus: I SEMINÁRIO SUL-AMERICANDO SOBRE MONITORAMENTO DE ÁREAS ESPECIAIS. 1., 2013, Manaus. *Discurso...* ago. 2013. Disponível em: <http://defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/agosto/idt_sul_americana_defesa.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2013.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora UNB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2002. (Coleção Clássicos IPRI).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Brasília. *Correspondência especial*. Venda de armas à América Latina. Editorial no "Washington Post". N. 624.2(20) (22). Washington: 03 jun. 1971.

BOK, Sissela. Distrust, secrecy, and the arms race. *Ethics*, v. 95, n. 3, p. 712-727, Apr. 1985. Edição Especial: Symposium on Ethics and Nuclear Deterrence. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2381046>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

BOLKS, Sean; STOLL, Richard J. The arms acquisition process: the effect of internal and external constraints on arms race dynamics. *The Journal of Conflict Resolution*, v. 44, n. 5, p. 580-630, Oct. 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/174645>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

BRIGAGÃO, C. *A corrida para a morte: desarme o mundo armado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

CLAUSEWITZ, C. v. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DANIEL, Frank Jack. Jobim nega corrida armamentista na América do Sul. *Estadão*, São Paulo, 15 abr. 2008. Seção Política. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional/jobim-nega-corrida-armamentista-na-america-do-sul,156987,0.htm?p=1>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

ESTADOS UNIDOS. Arms Control and Disarmament Agency. *World military expenditures and arms transfers 1970-1979*. Washington: ACDA Publication, mar. 1982. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/185663.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

FLEMES, Daniel. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. *Rev. Sociol. Política*, Curitiba, n. 24, p. 217-231, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100014>. Acesso em: 08 dez. 2013.

GIIRALDI, Renata. Marco Aurélio Garcia descarta corrida armamentista na América do Sul. *Folha Online*, Brasília, 17 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u393109.shtml>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

HERZ, J. Idealist internationalism and the security dilemma. *World Politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.

HILLARY adverte para possível corrida armamentista na América do Sul. *Folha*

Online, São Paulo, 15 set. 2009. Seção Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u624336.shtml>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

HOLTOM, Paul et al. International arms transfers. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*, 2010. Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2010/files/SIPRIYB201007.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

HOLTOM, Paul et al. Trends in international arms transfers. *SIPRI Fact Sheet*, Mar. 2011. Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/FS/SIPRIFS1103a.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

HOLTOM, Paul; BROMLEY, Mark; SIMMEL, Veron. *SIPRI. Measuring International Arms Transfers*. SIPRI Fact Sheet, Dec. 2012. Disponível em: <http://books.sipri.org/product_info?c_product_id=450#>. Acesso em: 08 dez. 2013.

KELLER, William W.; NOLAN, Janne E. The Arms Trade: business as usual? *Foreign Policy*, Washington, n. 109, p. 113-125, Winter 1997-98. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1149465>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MARIN, Victor C. *Arms Racing and Conflict in the Third World: 1970-2000*. 2009. 238f. (Doutorado em Filosofia) - Rice University, Houston, Texas, Estados Unidos, 2009. Disponível em: <<http://scholarship.rice.edu/bitstream/handle/1911/61969/3421443.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

MASSÉ, Frédéric. Un balance de la seguridad colombiana en el 2008: grandes avances ensombrecidos. In: MATHIEU, Hans; ARREDONDO, Paula Rodríguez (Ed.). *Anuario 2009 de la Seguridad Regional en America Latina y el Caribe*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2009. p.85-95.

MENESES, Emilio. *Competencia armamentista en América del Sur: 1970-1980*. Estudios Públicos, Santiago, Chile n. 7, 1982. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_1276_615/rev07_meneses.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2013.

MILET, P. Chile: tensiones con vecinos del norte, modernización de la defensa y protección regional In: MATHIEU, Hans; ARREDONDO, Paula Rodríguez (Ed.). *Anuario 2009 de la Seguridad Regional en America Latina y el Caribe*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2009. p. 79-84.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, 1152 p.

PERLO-FREEMAN, Sam et al. Military expenditure. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*, 2011. Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2011/files/SIPRIYB1104-04A-04B.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

PERLO-FREEMAN, Sam et al. Military expenditure. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*, 2011. Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2011/files/SIPRIYB1104-04A-04B.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

PERON, Alcides Eduardo dos Reis et al. *A assim chamada 'corrida armamentista' e os conflitos transnacionais na América Latina*. Brasília: SAEI, 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/gabinete-de-seguranca-institucional/secretaria-de-acompanhamento-de-estudos-institucionais/a-assim-chamada-corrida-armamentista-e-os-conflitos-transnacionais-na-america-latina/download>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

THE ARMS Transfers Database Arms Trade Register. SIPRI, Sweden, [2009]. Base de Dados. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 08 dez. 2013.

WENDT, Alexander. Constructing international politics. *International Security*, v. 20, n. 1, p.71-81, Summer, 1995. Disponível em: <<http://faculty.maxwell.syr.edu/hpschmitz/PSC124/PSC124Readings/WendtConstructivism.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

Recebido em: 10/12/2013

Aceito em: 25/04/2014

